



# Dilma disse não! E agora, Britto?

**S**egundo o jornal Correio Braziliense do último sábado (18), a presidenta Dilma teria dito que, de novo, deixará sem reajuste salarial os servidores do Judiciário. De acordo com a matéria, Dilma acha que a nossa categoria pode esperar um melhor momento da economia para ter os salários corrigidos. Qual vai ser a resposta do presidente do Supremo, Carlos

Ayres Britto a essa afronta? Vai engolir seca a resposta da presidenta? Ou vai fazer valer a autonomia do Poder Judiciário?

O ministro Ayres Brito disse ao presidente da CUT que não aceitaria o corte automático da proposta orçamentária do Judiciário na fase de análise pelo Ministério do Planejamento. O presidente do Supremo tem que nos dizer agora se está de

pé a sua determinação de não aceitar que o Judiciário é um departamento do Palácio do Planalto.

Diga aí, presidente! Dilma mandou cortar unilateralmente a nossa proposta de reajuste ou o Correio Braziliense está mentindo? Ou será que está mentindo o assessor que passou esse informe para o jornal?

## calendário

### **SEGUNDA**

Piquetes nos locais de trabalho

### **TERÇA**

Ato no Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, seguido de uma passeata até o STF. Dia 21/08, às 16h, Esplanada Bloco K.

### **QUARTA**

Caravanas solidárias.

### **QUINTA**

Ato no STF, com concentração no TSE, saindo em arrastão e passeata

### **SEXTA**

Piquetes nos locais de trabalho

**Greve  
deve ser  
ampliada já!**

Os servidores do Judiciário e do Ministério Público têm a obrigação de paralisar todo o trabalho para dizer alto e bom som que não vamos aceitar, pelo sétimo ano seguido, que os nossos salários sejam garfados, ao arrepio do que determina a Constituição.

Para que a cúpula do STF faça a parte dela, nós precisamos aumentar a nossa pressão, já, sem tempo a perder. Nosso prazo é o final deste mês, quando as propostas orçamentárias consolidadas na Lei Orçamentária Anual seguem para o Congresso Nacional.

# Sindjus cara a cara com Britto

O ato que realizamos com sucesso na última quarta-feira (8) resultou numa reunião dos coordenadores do Sindjus com o diretor geral e o secretário geral da presidência do Supremo. Durante o encontro ficou acertado que o presidente Ayres Britto receberia o sindicato esta semana. O objetivo da audiência é cobrar do Supremo o julgamento da ADO que trata do corte orçamentário ocorrido no ano passado e também reivindicar que o STF defenda, de forma firme e altaneira a proposta orçamentária do Judiciário. A autonomia de nosso poder tem que prevalecer ou todos seremos desmoralizados!

Nas conversas anteriores, o presidente Carlos Britto pediu prazos e não revelou o conteúdo das conversas mantidas com o Executivo.



Agora, deve ser diferente. Queremos ouvir dele mesmo as informações sobre as negociações realizadas até agora. Não podemos acreditar que vão vingar declarações atribuídas à presidenta pela

grande imprensa. Não resta alternativa ao presidente do Supremo senão colocar em pauta as ações judiciais que garantem a autonomia administrativa e financeira do Judiciário e Ministério Público.

**A boataria só prejudica a nossa luta**

Foi para o Facebook o post de um servidor, que diz ter como fonte alguém no governo, segundo o qual o governo quis “dar” 5 bilhões para o nosso reajuste e que o sindicato rejeitou a oferta. Que maluquice! Que irresponsabilidade! Alguém em sã consciência e em pleno domínio das faculdades mentais pode acreditar numa lorota dessas? Pra começo de conversa, o Executivo não discute esse tipo de assunto diretamente com o sindicato, mas, sim, com a direção do STF.

O que tem na cabeça um servidor que espalha uma fofoca desse tipo? Evidentemente, planos para sabotar a nossa greve e nossos esforços para aprovar o PCCR. Talvez nem seja um servidor do Judiciário ou do Ministério Público. Talvez seja um agente infiltrado da polícia, a serviço dos técnicos do Executivo que não querem a nossa vitória.

Portanto, todas as pessoas sérias devem detonar esse tipo de post e denunciar os seus autores como fura-greves desavergonhados!

“

Não resta alternativa ao presidente do Supremo senão colocar em pauta as ações judiciais que garantem a autonomia administrativa e financeira do Judiciário e Ministério Público.

”